



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**



**AUDITORIA OPERACIONAL**

# Qualidade das Instalações Físicas das Escolas do Distrito Federal 2010

Relatório (Versão Completa)



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

### **Missão**

“Exercer o controle externo da administração dos recursos públicos do Distrito Federal, em auxílio à Câmara Legislativa, zelando pela legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão desses recursos.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
COMPOSIÇÃO EM 2010**

**Conselheiros**

Anilcéia Luzia Machado – Presidente  
Manoel Paulo de Andrade Neto – Vice-Presidente  
Ronaldo Costa Couto  
Marli Vinhadeli  
Antônio Renato Alves Rainha  
Inácio Magalhães Filho

**Auditor**

José Roberto de Paiva Martins

**Ministério Público**

Márcia Ferreira Cunha Farias – Procuradora-Geral  
Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira  
Demóstenes Tres Albuquerque



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

## **AUDITORIA OPERACIONAL**

**QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF**

### **QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO**

Inspetor: Luiz Genédio Mendes Jorge

### **DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E AUDITORIA**

Diretor: Henirdes Batista Borges

#### **EQUIPE DE AUDITORIA**

Henirdes Batista Borges (coordenador)

Auro Shiquenari Yoshida

Fabício Bianco Abreu

Joana D'arc Lázaro

José Higino de Souza

José Cantieri Vieira Marques

Maria Angélica Gonçalves Reis

#### **CAPA**

Jéssica Lima Barbosa Monteiro

#### **DADOS PARA CONTATO**

Tribunal de Contas do Distrito Federal  
Praça do Buriti – Ed. Palácio Costa e Silva (Anexo)

Quinta Inspeção de Controle Externo – 4º andar

Brasília – DF – CEP: 70.075-901

Fone: (61) 3314-2266

Este relatório está disponível em

<http://www.tc.df.gov.br> no link “Controle Externo > Auditorias”

#### **SUMÁRIO**



1	INTRODUÇÃO .....	7
1.1	ANTECEDENTES .....	7
1.2	IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA.....	7
1.3	OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA.....	7
2	METODOLOGIA.....	8
2.1	PESQUISAS DOCUMENTAIS E DE OPINIÃO VIA INTERNET .....	8
2.2	PESQUISA ESTATÍSTICA .....	8
2.3	CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS.....	9
3	RESULTADOS .....	12
3.1	SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL .....	12
3.2	CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS NA ÓTICA DOS DIRETORES .....	15
3.3	COMPATIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS COM AS ATIVIDADES QUE DEVEM SER DESENVOLVIDAS .....	18
4	CONSIDERAÇÕES DO GESTOR.....	24
5	CONCLUSÃO.....	25
6	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO .....	27



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 ANTECEDENTES

Em face da relevância do tema, o TCDF entendeu necessário conhecer a real situação das instalações físicas das escolas públicas do DF e os problemas afetos à atividade de manutenção e reforma das unidades de ensino da rede pública. Com esse objetivo, realizou-se Auditoria Operacional no ano de 2007, constante do Processo nº 37.711/06.

2. Seguindo os mesmos critérios e a mesma metodologia da auditoria supra, foram realizadas duas outras auditorias, em 2008 e 2009, com o fito de examinar os avanços ocorridos após a primeira auditoria. Os resultados foram apresentados nos Processos nº 2.380/08 e nº 3.080/09, respectivamente. Esses foram apensados posteriormente ao Processo nº 37.711/06.

3. O presente trabalho consiste, pois, no quarto exame consecutivo das instalações físicas das escolas públicas do Distrito Federal, seguindo metodologia e critérios idênticos aos utilizados nos trabalhos anteriores, possibilitando fazer o acompanhamento da evolução da situação dessas instalações, por meio de uma série histórica iniciada em 2007.

### 1.2 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

4. O objeto deste trabalho são as instalações físicas das unidades de ensino da rede pública, além de alguns aspectos dos serviços de manutenção e reforma das escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF.

### 1.3 OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

5. O objetivo desta auditoria é avaliar as condições das instalações físicas das escolas da rede pública do DF. Sua consecução foi orientada pelas seguintes questões de auditoria:

- a) Qual é a situação das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal?
- b) Qual é a avaliação feita pelos diretores das escolas quanto às condições das instalações físicas das escolas?
- c) As instalações físicas das escolas são compatíveis com as atividades que devem ser desenvolvidas pelo nível e modalidade de ensino oferecidos?

6. A avaliação das condições das instalações físicas das escolas públicas do Distrito federal abrangeu novamente todas as escolas da rede pública, de todos os níveis e modalidades de ensino, cuja conservação e manutenção estão a cargo da SEDF.

7. Quanto aos serviços de manutenção e de reforma das escolas, houve levantamento dos dados da execução orçamentário-financeira dos exercícios de 2006 a 2009.



## 2 METODOLOGIA

### 2.1 PESQUISAS DOCUMENTAIS E DE OPINIÃO VIA INTERNET

8. Foram analisados documentos encaminhados pela SEDF e informações obtidas de pesquisa de opinião colhida por meio de questionário enviado aos 620 diretores das escolas da rede pública do DF via *internet* (PT01). O percentual de questionários respondidos foi de 84%.

### 2.2 PESQUISA ESTATÍSTICA

9. Aplicaram-se técnicas estatísticas com vistas à avaliação da situação das instalações físicas do universo das escolas, a partir da avaliação de amostra representativa. Foram excluídas do objeto da auditoria as escolas conveniadas, por não depender da ação da SEDF para manutenção das instalações.

10. Na preparação do plano amostral, utilizaram-se informações da auditoria anterior, Processo nº 3.080/09. Considerando que o universo de escolas totalizava 620 unidades (excluídas as conveniadas), segundo os dados apresentados pela SEDF, calculou-se o número de escolas necessárias para garantir o Nível de Confiança de 96%, a partir dos dados da avaliação anterior. Assim, o campo amostral utilizado foi de 50 elementos em um universo de 620 escolas.

11. Para garantir a participação de todas as regionais na proporção do seu número de escolas, efetuou-se amostragem aleatória sistemática, que consiste em selecionar, ao acaso, um dos primeiros elementos de uma lista da população, movendo-se sistematicamente através dessa lista por um fator fixo de deslocamento (ex.: de 4 em 4; 8 em 8; 10 em 10; 15 em 15...).

12. A tabela seguinte apresenta a distribuição das escolas visitadas, por DRE.

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA SELECIONADA	
DRE	Nº escolas visitadas
Brazlândia	2
Ceilândia	7
Gama	4
Guará	2
N. Bandeirante	2
P. Piloto/Cruzeiro	8
Paranoá	3
Planaltina	5
Recanto das Emas	2
Samambaia	3
Santa Maria	2
São Sebastião	1
Sobradinho	4
Taguatinga	5
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>



13. As 50 escolas que compuseram a amostragem foram visitadas no período de 1º a 5 de fevereiro de 2010, semana que antecedeu o início das aulas.

### 2.3 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS

14. Para minimizar a subjetividade desse tipo de avaliação, adotaram-se os mesmos critérios utilizados nas auditorias anteriores. Utilizou-se planilha que contempla vários itens e/ou aspectos presentes num estabelecimento escolar, tais como: muros, pátio, quadra de esporte, instalações elétricas e hidráulicas, banheiros, pisos e paredes, pintura e os componentes das salas de aula (portas, janelas, pontos de iluminação, mesas/carteiras e lousa).

15. Os itens foram divididos em áreas ou setores da escola, e a avaliação consistiu em atribuir percentuais de avarias ou inadequações para cada item verificado. Assim, se o item não apresentasse qualquer avaria em todas as dependências examinadas, o percentual seria 0%; se o item apresentasse avaliação negativa (avariação ou inadequação) na metade das dependências, o percentual seria 50%; e assim por diante.

16. A título de ilustração do procedimento descrito no parágrafo anterior, consideremos a avaliação dos revestimentos de quatro banheiros de uma escola hipotética. Digamos que um deles esteja em condições ruins e os outros três, em boas condições. Então, para o item revestimentos dos banheiros teríamos um percentual de avarias (avaliação negativa) de  $\frac{1}{4}$ , ou 25%.

17. O percentual de avaliação negativa de cada item foi, então, multiplicado por um peso atribuído a ele, de modo a acentuar a contribuição de itens mais importantes e amenizar os menos graves. Ao final, os percentuais de todos os itens avaliados negativamente, já multiplicados pelos respectivos pesos, foram somados. Esse número foi dividido pelo somatório de todos os pesos, resultando em um número entre zero e um, chamado pela equipe de auditoria de Percentual Ponderado de Itens Avaliados Negativamente (PPIAN). A seguir, apresenta-se exemplo da planilha contendo todos os itens avaliados, com os pesos utilizados para a obtenção do PPIAN de um elemento ilustrativo:





**CÁLCULO DO PPIAN**

ITEM AVALIADO	% de AVALIAÇÕES NEGATIVAS (A)	Peso do Item (B)	% PONDERADO (A) x (B)
<b>Area Interditada</b>	<b>4,17%</b>		
<b>Infiltrações em áreas em utilização</b>	4,17%	5,00	0,208333333
<b>Goteiras em áreas em utilização</b>	4,17%	4,00	0,166666667
Problemas com Tomadas	0,00%	1,00	0
Fios Desencapados	0,00%	2,00	0
Iluminação Insuficiente (<70%)	0,00%	5,00	0
Pisos da Sala (Bom)	100,00%	0,00	0
Pisos da Sala (Regular)	0,00%	2,50	0
Pisos da Sala (Ruim)	0,00%	5,00	0
Pintura e Estrutura da Sala (Bom)	41,67%	0,00	0
Pintura e Estrutura da Sala (Regular)	58,33%	2,50	1,458333333
Pintura e Estrutura da Sala (Ruim)	0,00%	5,00	0
Salas sem fechaduras nas portas	0,00%	1,00	0
Salas com janelas sem fecho	0,00%	1,00	0
Salas com vidros danificados	58,33%	3,00	1,75
Mesas, cadeiras e carteiras (Bom)	91,67%	0,00	0
Mesas, cadeiras e carteiras (Regular)	8,33%	2,50	0,208333333
Mesas, cadeiras e carteiras (Ruim)	0,00%	5,00	0
Lousa (Bom)	100,00%	0,00	0
Lousa (Regular)	0,00%	1,50	0
Lousa (Ruim)	0,00%	3,00	0
Pisos do Patio Interno e Corredores (Bom)	100,00%	0,00	0
Pisos do Patio Interno e Corredores (Regular)	0,00%	0,67	0
Pisos do Patio Interno e Corredores (Ruim)	0,00%	1,33	0
Paredes do Patio Interno (Bom)	80,00%	0,00	0
Paredes do Patio Interno (Regular)	20,00%	0,67	0,133333333
Paredes do Patio Interno (Ruim)	0,00%	1,33	0
Tetos do Patio Interno (Bom)	80,00%	0,00	0
Tetos do Patio Interno (Regular)	20,00%	0,67	0,133333333
Tetos do Patio Interno (Ruim)	0,00%	1,33	0
Mictórios (Ruins)	0,00%	2,00	0
Vasos (Ruins)	0,00%	3,00	0
Torneiras (Ruins)	0,00%	1,00	0
Plas (Ruins)	0,00%	1,00	0
Revestimentos dos Banheiros(Bom)	100,00%	0,00	0
Revestimentos dos Banheiros(Regular)	0,00%	1,50	0
Revestimentos Banheiros(Ruim)	0,00%	3,00	0
Bebedouros (Bom)	100,00%	0,00	0
Bebedouros (Regular)	0,00%	1,00	0
Bebedouros (Ruim)	0,00%	2,00	0
Caixa d'água em más condições	100,00%	2,00	2
Vazamentos hidráulicos	0,00%	2,00	0
Vazamentos de esgoto	100,00%	1,00	1
Entupimento de esgoto	0,00%	1,00	0
Pintura externa (0=Boa; 0,5=Regular; e 1=Ruim)	0,00%	1,00	0
Muro ou Alamedado(0=Boa; 0,5=Regular; e 1=Ruim)	0,00%	2,00	0
Iluminação externa(0=Boa; 0,5=Regular; e 1=Ruim)	100,00%	1,00	1
Tabelas e traves da quadra(0=Boa; 0,5=Regular; e 1=Ruim)	50,00%	2,00	1
Cercas e alamedados da quadra(0=Boa; 0,5= Regular; e 1=Ruim)	50,00%	1,00	0,5
Piso da quadra(0=Boa; 0,5=Regular; e 1=Ruim)	50,00%	2,00	1
Linhas e demarcação da quadra	100,00%	1,00	1
Iluminação da quadra	100,00%	2,00	2
Mató e vegetação invasiva na escola	25,00%	1,00	0,25
Lixo e entulhos na escola	50,00%	1,00	0,5
Ocorrência de Inundação quando chove	0,00%	1,00	0
Grelhas de escoamento	0,00%	1,00	0
Parque de recreação(danificado = de 0 a 1 ; e inexistente=1)	100,00%	5,00	5
<b>SOMATORIOS</b>		<b>74,00</b>	<b>19,308333</b>

$$\text{PPIAN} = 100 * (19,308333/74,00) + 4,17 = 30,26\%$$



18. Impende relatar que as infiltrações e as goteiras em áreas em utilização tiveram ponderação de cinco e quatro pontos, respectivamente, mas estes pontos não foram considerados no somatório dos pesos dos itens. Isso aumenta a distância entre escolas que apresentam e as que não apresentam essas ocorrências. Também, no cálculo final do PPIAN, o percentual de dependências interditadas é acrescido ao somatório dos percentuais de avaliações negativas. Considerou-se que a interdição de uma área acarreta necessidade de reparo na escola proporcional ao percentual de dependências interditadas.

19. O PPIAN é diretamente proporcional à necessidade de reparos que a escola apresenta. Dessa forma, a escola que não apresentasse avaria alguma nos respectivos itens avaliados, ficaria com o PPIAN mínimo (0%). Observe-se que o princípio avaliativo consistiu em pontuar as avarias ou inadequações encontradas, proporcionalmente à extensão e à gravidade.



### 3 RESULTADOS

#### 3.1 SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

**As condições das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal apresentaram leve piora, se comparadas ao ano anterior, e continuam insatisfatórias, pois mais de 70% das unidades de ensino carecem de reparos moderados ou grandes, em função da insuficiência dos serviços de manutenção ofertados pelo governo.**

20. As condições das instalações físicas das escolas foram avaliadas objetivamente, por atribuição de pontos proporcionais às avarias identificadas em vistoria padronizada (PT02). A equipe de auditoria também gerou registro fotográfico das dependências de todas as escolas visitadas (ANEXO I).

21. Os PPIAN calculados para as amostras sorteadas são apresentados a seguir:

ESCOLA	PPIAN
PAR - CEF 1 Itapoã	0,00%
PP - JI 312 N	0,47%
PP - EC 312 N	1,99%
PLA - CED Várzeas	2,72%
SOB - CEM 1	2,81%
PP - JI 01 Cruzeiro	5,03%
PAR - EC 4	6,76%
GUA - CEF 1 Estrutural	7,09%
GAM - JI 3	7,18%
SOB - EC Córrego do Arrozal	7,38%
PP - CEM Elefante Branco	9,41%
BRZ - EC INCRA 7	10,36%
BRZ - EC 1	10,49%
GAM - CED 7	10,96%
SOB - CEF 7	11,45%
CEI - EC 25	12,71%
PP - EC 413 S	13,01%
TAG - CEI Águas Claras	13,60%
GUA - EC 6	14,56%
STM - CEF Santos Dumont	14,91%
REC - CEF 802	15,01%
GAM - CEI 1	16,37%
PLA - EC 9	16,69%
REC - CEF 101	17,21%
NB - CEF Agrourbano Ipê Riacho Fundo	18,67%

ESCOLA	PPIAN
CEI - CAIC Anísio Teixeira	19,49%
PP - EC 114 S	20,20%
SAM - CAIC Ayrton Senna	21,59%
GAM - EC 10	22,67%
CEI - EC 40	22,76%
SSB - CEF do Bosque	23,11%
PP - CEF 2	23,20%
NB - CEF 1	23,46%
PAR - EC Quebrada dos Neris	23,70%
TAG - CEE 1	23,87%
SOB - CED 2	24,07%
TAG - CEF 18	24,48%
TAG - EC 8	24,70%
CEI - EC 10	25,56%
TAG - EC 29	26,46%
PP - EP 313/314 S	27,39%
STM - CAIC Albert Sabin	27,73%
SAM - CEF 619	28,13%
SAM - EC 410	28,26%
PLA - CED 1	29,09%
PLA - EC Estância do Pipiripau	32,51%
PLA - CEF JK	36,51%
CEI - CEM 3	40,16%
CEI - CEF 13	45,34%
CEI - EC 57	73,01%

Obs.: 1) CED - Centro Educacional; CEF - Centro de Ensino Fundamental; CEM - Centro de Ensino Médio; EC - Escola Classe; JI - Jardim de Infância; CAIC - Centro de Atendimento Integrado da Criança.



- 2) Regionais: PAR = Paranoá; PP = Plano Piloto/Cruzeiro; PLA = Planaltina; SOB = Sobradinho; GUA=Guará; GAM = Gama; BRZ = Brazlândia; CEI = Ceilândia; Tag = Taguatinga; STM = Santa Maria; REC = Recanto das Emas; NB = Núcleo Bandeirante; SAM = Samambaia; SSB = São Sebastião.

22. A partir dos dados obtidos nas vistorias das escolas (PT02), consolidados no quadro anterior, calcularam-se a média, o erro amostral e o desvio padrão. Assim, a amostra apresentou **Média dos PPIAN de 19,29%**, um **Desvio Padrão de 12,86%** e **Margem de Erro de  $\pm 3,42\%$**  (PT05). A média está maior que a do ano passado (17,67%), mas os outros valores são muito próximos daqueles encontrados nos anos anteriores.

23. De modo a manter os parâmetros utilizados nas auditorias passadas, foram consideradas em boas condições as escolas que apresentaram PPIAN inferior a 10%. As que tiveram o percentual maior que 10% e menor ou igual a 25% foram consideradas com necessidade moderada de reparos. No intervalo acima de 25% até 40%, em condições ruins. Por fim, as que obtiveram PPIAN acima de 40% foram consideradas em péssimas condições.

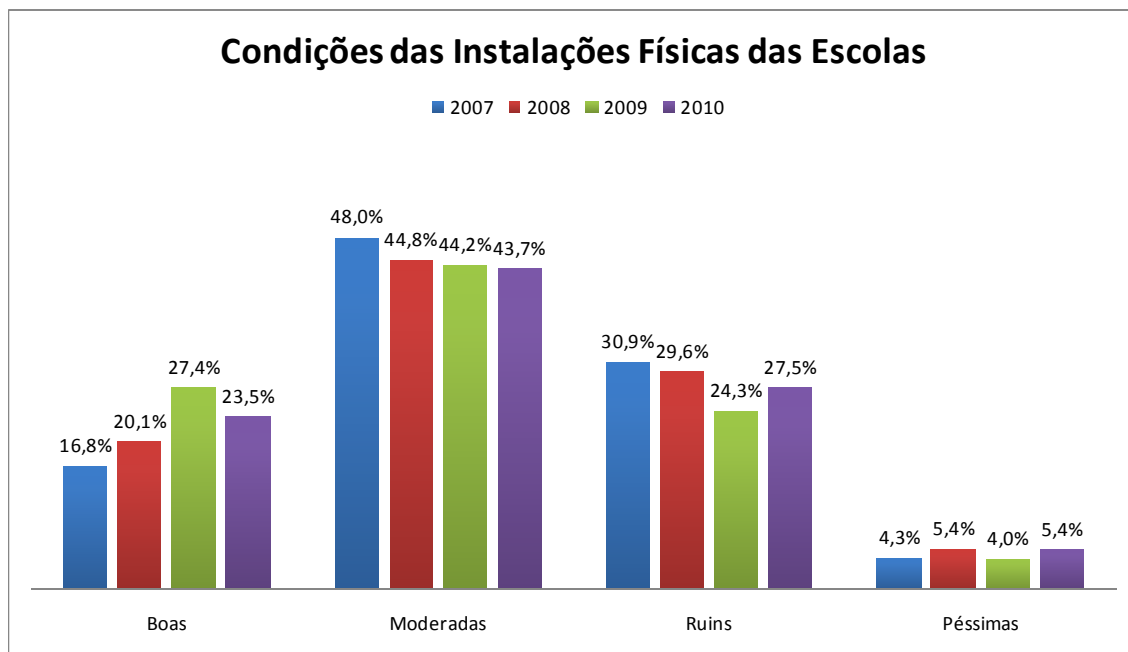
24. Considerando a distribuição amostral dos PPIAN uma distribuição normal, calcularam-se as probabilidades de encontrar escolas em cada faixa de pontuação atribuída no parágrafo anterior.

25. Os resultados obtidos foram os seguintes (PT04):

- **23,51%** das escolas estavam em boas condições ( $PPIAN \leq 10\%$ );
- **43,66%** apresentavam necessidade moderada de reparos ( $10\% < PPIAN \leq 25\%$ );
- **27,48%** estavam em condições ruins ( $25\% < PPIAN \leq 40\%$ ); e
- **5,36%** estavam em péssimas condições ( $PPIAN > 40\%$ ).

26. Assim, infere-se que, antes do início das aulas, em 2010, na rede pública de ensino do Distrito Federal, 76,5% das escolas estavam com instalações físicas carentes de manutenção, em condições insatisfatórias para receber os alunos. Esse percentual equivale ao total de escolas com instalações físicas em condições moderadas, ruins ou péssimas.

27. Cotejando esses resultados com os das auditorias anteriores, conclui-se que a situação encontrada no início de 2007 permaneceu praticamente inalterada até o início de 2008, apresentou leve melhora no início de 2009 e piora no início de 2010, em relação a 2009. O gráfico a seguir (PT04) apresenta os resultados das avaliações das instalações físicas das escolas públicas do DF, empreendidas nos inícios de 2007, de 2008, de 2009 e de 2010.



Fonte: Processo – TCDF n.ºs 37711/06, 2380/08, 3080/09 e 3239/10.

28. As condições insatisfatórias das instalações físicas das escolas públicas do Distrito Federal devem-se aos mesmos fatores apontados nas auditorias passadas: manutenção insuficiente dos prédios e grande número de escolas que não dispõem de todas as dependências necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas na grade curricular.

29. Em resposta à Nota de Auditoria 02-3239/10 (Ofício n.º 657/10-GAB-SE), a SEDF informou que no período compreendido **entre o início das aulas de 2009 e o início das aulas de 2010 foram reformadas apenas três escolas**. Além dessas, outras nove foram ampliadas e uma teve um anexo reconstruído. No mesmo período, vinte e duas novas escolas foram construídas, o que representa aumento em relação ao período anterior, no qual foram construídas somente duas escolas.

30. Contudo, diante do número de escolas em condições insatisfatórias apontadas na auditoria de 2009 (72,6% das escolas necessitavam de moderados a grandes reparos), esses números demonstram que a manutenção promovida pela SEDF continua muito aquém da necessária.

31. Como consequências da manutenção insuficiente dos prédios das escolas e da inadequação de número elevado de instalações tem-se a diminuição da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, o desestímulo profissional do corpo docente e, por conseguinte, a possível queda do desempenho escolar dos alunos.

32. Urge que a SEDF passe a prestar os serviços de manutenção e reforma às escolas de forma célere e tempestiva, com o devido planejamento das ações para cada exercício.

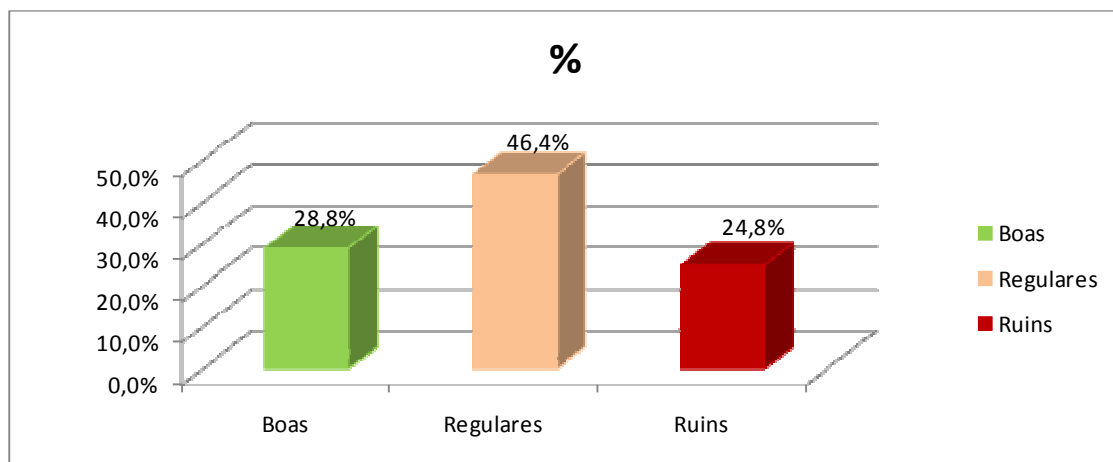
### 3.2 CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS NA ÓTICA DOS DIRETORES

**Os diretores das escolas avaliaram as condições das instalações físicas das unidades de ensino em 2010 preponderantemente como regulares, conforme ocorreu em anos anteriores.**

33. O questionário remetido aos diretores via *internet* incluiu questões destinadas à avaliação das condições das instalações físicas das escolas. Dos 620 questionários enviados, 521 foram respondidos, o que corresponde a 84%.

34. Solicitou-se aos diretores que avaliassem as instalações físicas de suas escolas. Os resultados são mostrados a seguir (PT03a):

#### Questionários Escolas 2010 Análise das Condições Físicas

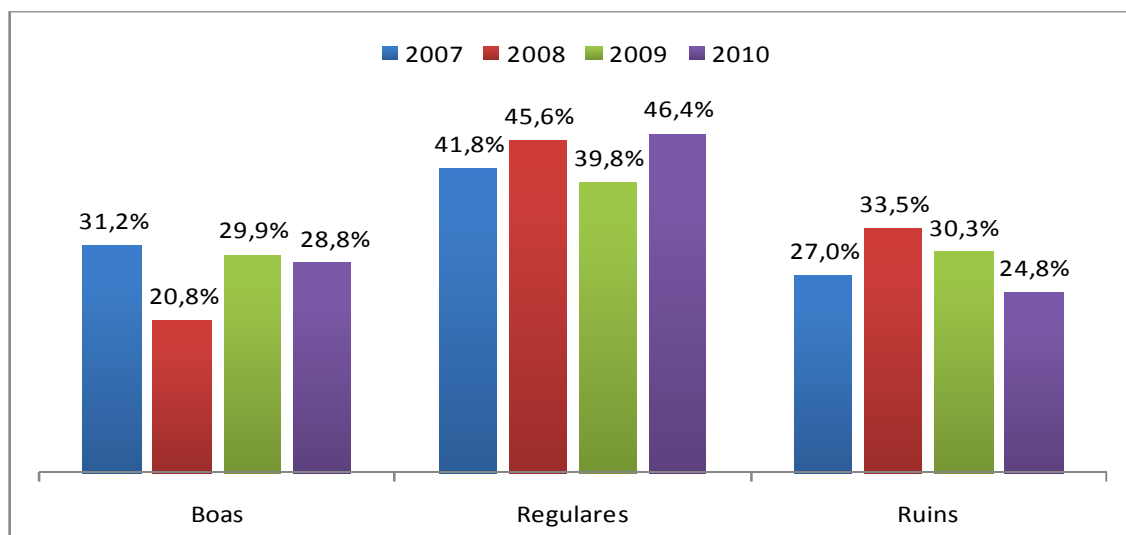


Fonte: Processo – TCDF nº 3239/10.

35. A avaliação das instalações em boas, regulares e ruins aproxima-se dos resultados das auditorias anteriores e dos valores dos PPIAN calculados a partir dos dados levantados nas visitas às escolas antes do início das aulas deste ano.

36. O gráfico seguinte permite visualizar a predominância das avaliações feitas pelos diretores, desde 2007, como regulares (PT03b).

### Avaliação das Instalações Físicas das Escolas pelos Diretores



Fonte: Processos – TCDF n°s 37711/06, 2380/08, 3080/09 e 3239/10.

37. Na análise do conteúdo das respostas ao questionário evidenciou-se que alguns diretores reportaram problemas estruturais nas respectivas escolas que oferecem risco à segurança da comunidade escolar. Em vista da gravidade da situação relatada, é salutar a especificação neste relatório das referidas escolas com o intuito de dar ciência à SEDF. As escolas são as seguintes: da DRE do Plano Piloto, Escolas Classe 308 Sul, 05 e 06 do Cruzeiro, e Jardim de Infância 302 Norte; da DRE de São Sebastião, Escola Classe 104; da DRE de Taguatinga, Centro de Ensino Especial 01; e da DRE do Sobradinho, Escola Classe Ribeirão.

38. Especificamente à Escola Classe Ribeirão, o diretor noticiou à ouvidoria do TCDF a respeito de problemas de infiltrações na rede de esgoto da escola que comprometem a estrutura das instalações físicas, com risco para a segurança de alunos e funcionários. Diante disso, foi realizada inspeção *in loco* com objetivo de confirmar os fatos relatados.

39. O resultado da inspeção demonstrou que havia indícios de obstrução na rede de esgotos e infiltração no terreno, necessitando vistoria imediata por equipe técnica e reparo urgente para evitar danos materiais e físicos.

40. Em resposta à provocação da equipe de auditoria, por meio do Ofício nº 1.118/2010-GAB/SE, a Secretaria informou que a unidade técnica responsável designou técnico para vistoriar as instalações da escola e avaliar os danos nos elementos de arquitetura e rede de esgoto, de modo a definir as necessidades prioritárias para execução dos serviços mais urgentes. Noticiou que, tendo em vista vigência de Termo de Acordo com a CAESB, dentre outros órgãos, a Diretoria de Obras da SEDF apresentou aos técnicos da CAESB o relatório da vistoria levada a efeito na escola e ficou acordado que a empresa efetuará os reparos necessários no sistema de coleta e tratamento de esgotos.

41. Voltando à análise do conteúdo dos questionários, os diretores ainda deram notas para as instalações físicas das unidades escolares numa escala de



zero a dez. A média de toda a rede foi de 5,9 pontos (PT11). Em 2009, a nota média atribuída pelos diretores às instalações também foi 5,9; e em 2008 e 2007, 5,3 e 6,2, respectivamente.

42. Essa avaliação regular das instalações físicas das escolas públicas do Distrito Federal pelos diretores decorre da manutenção insuficiente dos prédios e do grande número de escolas que não dispõem de todas as dependências necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas na grade curricular.

43. Os efeitos da insuficiência dos serviços de reforma e manutenção ofertados pela SEDF são o grande número de escolas com instalações físicas danificadas e em condições não satisfatórias, o que prejudica o processo de ensino/aprendizagem, e a utilização de recursos das escolas em reparos das instalações físicas, em vez de serem investidos na área pedagógica.

44. Desse modo, é essencial que a SEDF tome as providências necessárias à perfeita recuperação, adequação e conservação das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

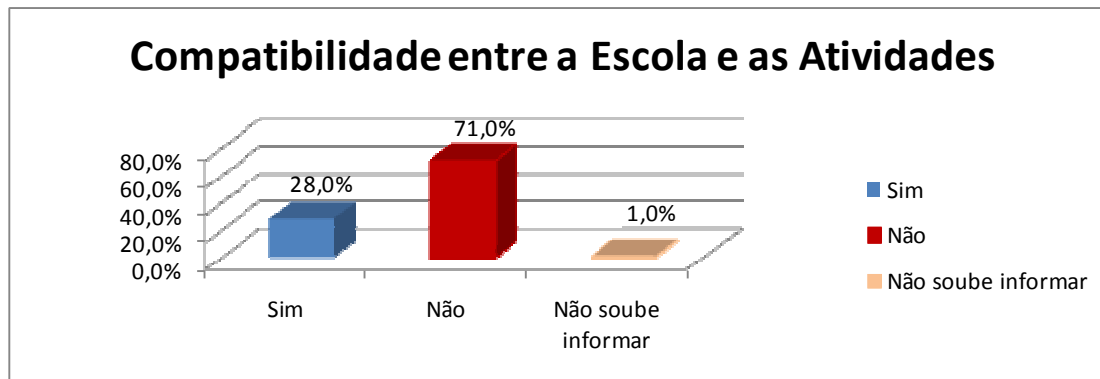


### 3.3 COMPATIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS COM AS ATIVIDADES QUE DEVEM SER DESENVOLVIDAS

***As instalações físicas da maioria dos estabelecimentos de ensino são incompatíveis com as atividades curriculares que nelas devem ser desenvolvidas.***

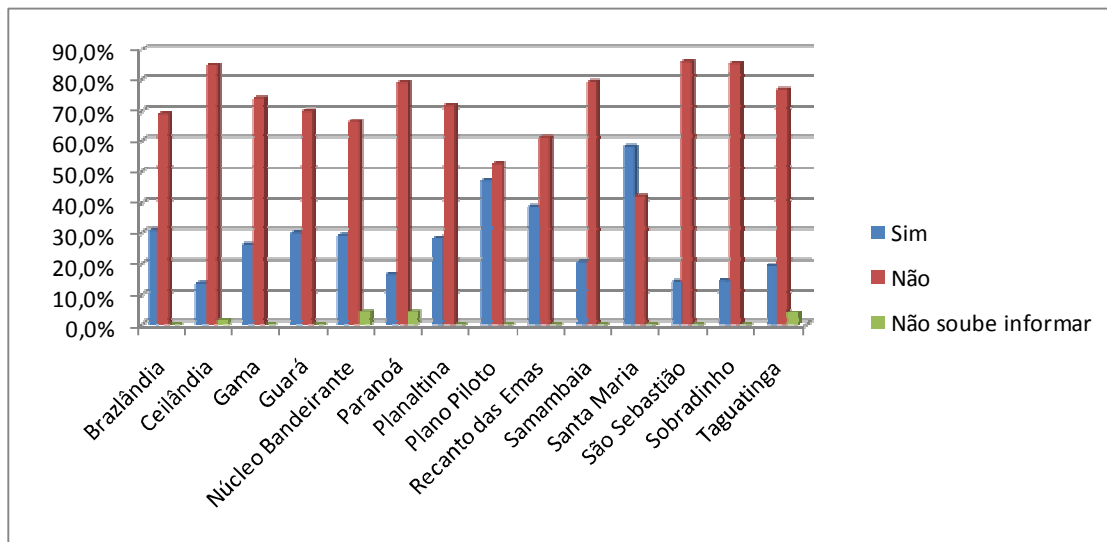
45. No questionário encaminhado aos diretores de escola foi feita a seguinte pergunta: “A atual estrutura física da sua escola é compatível com as atividades que são exigidas pela grade curricular e pelo nível de ensino oferecido?”.

46. Pela análise das respostas, verificou-se que em 71,0% das escolas não há adequação entre as instalações existentes e as atividades curriculares que nelas devem ser desenvolvidas. A compatibilidade foi diagnosticada em apenas 28,0% dos estabelecimentos de ensino, conforme se verifica no quadro seguinte (PT09):



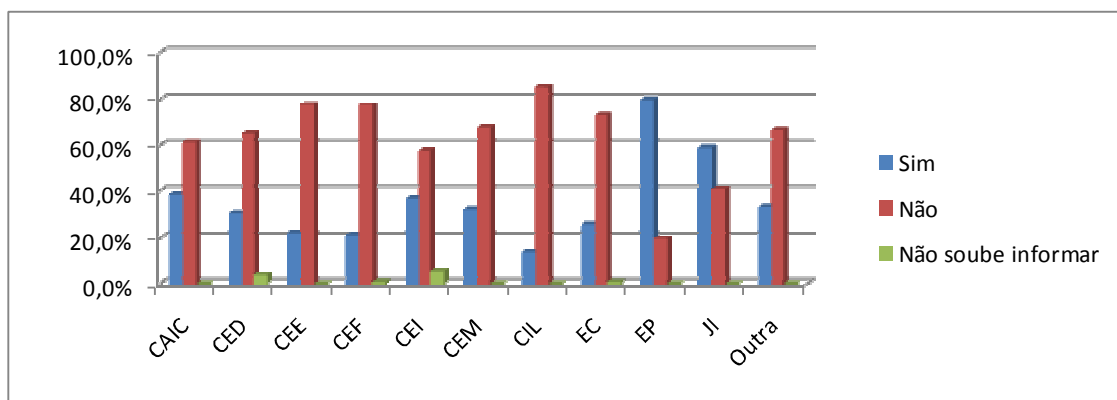
47. As respostas ao questionário foram agrupadas por DRE, tipo de escola e nível de ensino. Em todos os níveis de agrupamento analisado, verificou-se a incompatibilidade das instalações físicas das escolas com as atividades curriculares. Os quadros seguintes demonstram esse resultado (PT09 e PT10).

### COMPATIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS COM AS ATIVIDADES – POR DRE



48. O gráfico anterior evidencia que o problema da incompatibilidade da estrutura das escolas com as atividades curriculares ocorre em todo o Distrito Federal. Os casos mais críticos são encontrados nas DREs de Ceilândia, São Sebastião e Sobradinho, e os menos insatisfatórios nas DREs de Santa Maria e Plano Piloto.

### COMPATIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS COM AS ATIVIDADES – POR TIPO DE ESCOLA



49. Analisando-se por tipo de escola, nota-se que há prevalência da compatibilidade das instalações físicas das escolas com as atividades apenas nas Escolas-Parque e Jardins de Infância. Nos demais tipos, a incompatibilidade é



predominante. Nos centros interescolares de língua – CIL, por exemplo, a incompatibilidade é superior a 80%.

**COMPATIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS COM AS  
ATIVIDADES – POR NÍVEL DE ENSINO**

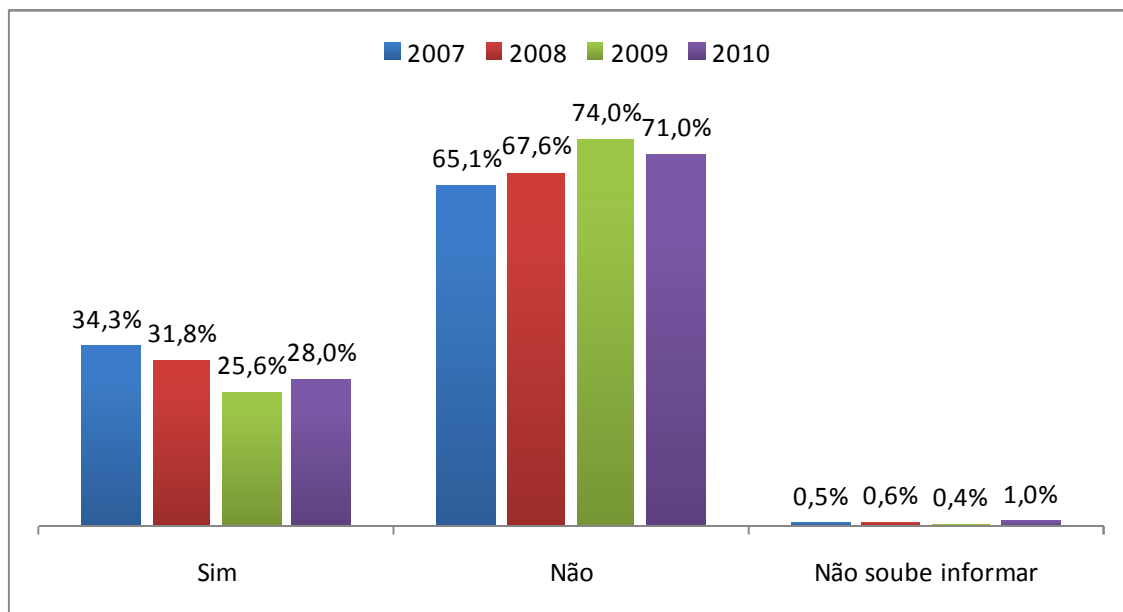
	Sim	%	Não	%	Não sei informar	%
Infantil	62	28,8%	150	<b>69,8%</b>	3	1,4%
Ano 1 a 5	90	27,2%	238	<b>71,9%</b>	3	0,9%
Ano 6 a 9	37	21,9%	131	<b>77,5%</b>	1	0,6%
Ens. Médio	23	28,4%	57	<b>70,4%</b>	1	1,2%
EJA	19	21,3%	70	<b>78,7%</b>	0	0,0%
Ens. Esp.	39	35,1%	71	<b>64,0%</b>	1	0,9%

50. Ordenando-se os dados por nível de ensino, constata-se que há grande incompatibilidade em todos os níveis. As escolas destinadas à educação de jovens e adultos (EJA) têm os maiores níveis de incompatibilidade.

51. Acompanhando os resultados obtidos nos últimos quatro anos, desde que foi realizada a primeira auditoria operacional com esse fim, vê-se que a falta de compatibilidade na maioria das escolas tem sido constante, conforme demonstra o gráfico seguinte (PT03b):

**COMPATIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS**

COM AS ATIVIDADES CURRICULARES  
- 2007/2010 -



Fonte: Processos – TCDF nºs 37711/06, 2380/08, 3080/09 e 3239/10.

52. Os diretores das escolas também foram questionados sobre as dependências e facilidades que as escolas dispõem e foram orientados a indicar, num rol de dezoito itens, tais como quadra de esportes, biblioteca, laboratório de informática, os que existem na sua escola. De posse das respostas, foram analisadas inadequações, por meio do levantamento de itens necessários e que a escola não dispõe.

53. Quanto a esse aspecto, observou-se que, das 521 escolas que responderam o questionário, houve o total de reclamações de 299 escolas em relação à quadra de esportes (57%), 261 em relação a salas de atividades específicas (50%), 220 quanto a refeitório (42%), 161 referentes a auditório (31%), 139 sobre laboratório de informática (27%) e 85 quanto a bibliotecas (16%). Destaca-se que, das escolas que oferecem ensino integral, houve reclamações de 63,6% quanto à quadra de esportes e 52,9% quanto a refeitório.

54. A falta de condições adequadas nas escolas e o constante problema de envelhecimento das instalações físicas decorrem da precária manutenção dessas instituições. Em 2008, apenas 1,44% das despesas realizadas pela SEDF e pelo FUNDEB foram destinadas a reformas, construções e reconstruções de unidades de ensino e em 2009, 2,61%. Ressalte-se que o incremento decorreu da construção de novas unidades de ensino. A tabela a seguir mostra a evolução das despesas em obras e instalações de 2006 a 2009 (PT07).



R\$ 1.000,00

DESPESA REALIZADA PELA SEDF E FUNDEF/FUNDEB NO ELEMENTO DE DESPESA 51 - OBRAS E INSTALAÇÕES				
TIPO DE OBRA	2006	2007	2008	2009
Reforma/Ampliação de Unidades de Ensino	21.400	9.261	9.962	6.267
Reconstrução de Unidades de Ensino	449	3.989	271	5.511
Construção de Novas Unidades de Ensino	25.277	16.321	23.558	56.742
<b>TOTAL</b>	<b>47.125</b>	<b>29.571</b>	<b>33.791</b>	<b>68.519</b>
<b>PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE GASTOS</b>	<b>3,88%</b>	<b>2,23%</b>	<b>1,44%</b>	<b>2,61%</b>

Fonte: Siggo.

Valores corrigidos para 2009 pelo IPCA - médio.

55. O total das despesas em 2009 com reforma/ampliação e reconstrução de unidades de ensino é inferior ao realizado em 2007, que já foi apontado como insuficiente para a manutenção das escolas. Ou seja, a destinação de recursos continua bem inferior à necessidade de reparos e adaptações das unidades de ensino.

56. Quanto aos recursos descentralizados para as escolas no exercício de 2009, foram repassados recursos federais pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e recursos distritais por meio do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF (PT19). Os valores relativos ao PDDE foram distribuídos conforme especificados a seguir (PT15):

R\$ 1,00

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
	3.043.737,68	1.158.140,72	4.201.878,40

Fonte: Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional.

57. No quadro abaixo, apresentam-se os valores totais repassados, no exercício de 2009, à conta do PDAF (PT16):

R\$ 1,00

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
	51.336.565,35	3.615.589,71	54.952.155,06

Fonte: Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional.

58. Parte desses recursos descentralizados para as escolas pode ser destinada a pequenos reparos, mas os problemas estruturais, que demandam maiores recursos, são de responsabilidade da SEDF, que deve manter as escolas com instalações em condições adequadas.

59. Denota-se, portanto, que permanece o descompasso entre os investimentos e a necessidade de conservação das instalações físicas das escolas públicas no DF, haja vista a destinação de recursos inferiores à necessidade real de reparos e adaptações das unidades de ensino.

60. Os efeitos da inadequação das instalações das escolas são o comprometimento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o desestímulo profissional do corpo docente.



61. Dada a situação constatada, fica evidente que a SEDF precisa atuar no sentido de proceder às adaptações necessárias nos vários estabelecimentos de ensino considerados impróprios ao atendimento da clientela e prover essas escolas com os equipamentos e funcionalidades necessários às respectivas grades curriculares.



#### 4 CONSIDERAÇÕES DO GESTOR

62. A minuta do presente Relatório foi encaminhada à Secretaria de Estado de Educação para apreciação (fl. 23). O gestor apresentou as considerações por meio do Ofício Nº 974/2010 – GAB-SE, no qual informou que as conclusões postas no documento prescindem de qualquer alteração, porquanto correspondem à realidade factual. Reconhecendo o problema, comentou que o assunto é recorrente, e que, apesar do histórico enfrentamento pela Pasta, fatores como escassez de recursos, volume de demandas e baixo número de servidores dificultam o melhor atendimento às situações apresentadas (fl. 24).

63. Acrescentou que a equipe de gestão recentemente investida procura estabelecer prioridades. Na ocasião do recebimento da minuta do Relatório, solicitaram-se os pronunciamentos dos setores competentes para o tratamento da matéria, com base nos quais serão planejadas as ações para a melhoria das instalações físicas das escolas públicas do DF – com atenção especial àquelas avaliadas como em péssimas ou ruins condições.



## 5 CONCLUSÃO

64. A presente auditoria operacional foi realizada no período de fevereiro a maio de 2010, com o objetivo de reavaliar as condições das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, e teve por base os parâmetros e a metodologia utilizados em auditorias concluídas nos três anos anteriores (Processos nº 37.711/06, nº 2.380/08 e nº 3.080/09).

65. As condições das instalações físicas das escolas foram avaliadas objetivamente, por atribuição de pontos proporcionais às avarias identificadas em vistoria padronizada. A equipe de auditoria também gerou registro fotográfico das dependências das escolas em tomadas pré-definidas. Foi realizada, ainda, pesquisa de opinião colhida por meio de questionário enviado aos 620 diretores das escolas da rede pública do DF via *internet*, com taxa de retorno de 84%.

66. Calculou-se o número de amostras necessárias para garantir o Nível de Confiança de 96%, com o campo amostral de 50 elementos no universo de 620 escolas.

67. As escolas que compuseram a amostragem aleatória sistemática foram visitadas no período de 1º a 5 de fevereiro de 2010, a poucos dias do início das aulas.

68. Para cada escola da amostra, foi calculado o percentual ponderado de itens avaliados negativamente (PPIAN). Esse índice é diretamente proporcional à necessidade de reparos e, conseqüentemente, ao grau de deterioração das instalações físicas.

69. Com base nas vistorias das escolas da amostra, obteve-se Média dos PPIAN de 19,29%; Desvio Padrão de 12,86% e Margem de Erro de  $\pm 3,42\%$ . Esses valores são muito próximos daqueles encontrados nos anos anteriores.

70. De modo a manter os parâmetros utilizados nas auditorias anteriores, foram consideradas em boas condições as escolas que apresentaram PPIAN inferior a 10%. As que tiveram o percentual entre 10% e 25% foram consideradas com necessidade moderada de reparos. Entre 25% e 40%, em condições ruins. Por fim, as que obtiveram PPIAN acima de 40% foram consideradas em péssimas condições.

71. A distribuição por faixa de percentual ponderado de itens avaliados negativamente é a seguinte:

- **23,5%** das escolas estavam em boas condições ( $PPIAN \leq 10\%$ );
- **43,7%** apresentavam necessidade moderada de reparos ( $10\% < PPIAN \leq 25\%$ );
- **27,5%** estavam em condições ruins ( $25\% < PPIAN \leq 40\%$ ); e
- **5,4%** estavam em péssimas condições ( $PPIAN > 40\%$ ).

72. A análise desses resultados, junto com os das auditorias anteriores, demonstra que a situação encontrada no início de 2007 permaneceu praticamente inalterada até a avaliação do início de 2008, apresentou leve melhora em 2009 e pequena piora em 2010, relativamente a 2009.





73. A avaliação dos diretores em relação às condições das instalações físicas das escolas coincide com as das auditorias anteriores. A distribuição das respostas entre boas, regulares e ruins permite inferir que a situação das escolas, na visão dos diretores, continua preponderantemente regular.

74. Quanto à adequação das instalações físicas das escolas, com base no testemunho dos diretores, verificou-se que a situação permanece igual desde 2007. A maioria das escolas públicas do Distrito Federal não conta com instalações compatíveis com as atividades exigidas pelo nível de ensino e/ou modalidade de educação oferecidos.



## 6 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

75. Os resultados desta auditoria mostraram que as condições das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal continuam insatisfatórias, situação que não difere substancialmente da apresentada nas auditorias anteriores sobre o mesmo tema nos Processos nºs 37.711/06, 2380/2008 e 3080/09. Isso demonstra que não foram adotadas medidas corretivas para sanar os problemas levantados desde 2007.

76. Ante todo o exposto, impende exigir da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote providências para corrigir as situações de inadequação das escolas públicas do Distrito Federal apresentadas no presente Relatório, com a disponibilização de serviços de manutenção e reforma na quantidade e no tempo requeridos. Com esses argumentos, sugere-se ao egrégio Plenário que:

- I - tome conhecimento dos resultados da presente auditoria;
- II - determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que:
  - a) tome as providências necessárias à perfeita recuperação, adequação e conservação das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, adotando, entre outras medidas, o que se segue:
    - i. estabelecer cronograma de reformas/adaptação das escolas que apresentam demanda para esse tipo de serviço;
    - ii. planejar os serviços de manutenção a serem realizados em cada exercício e indicar os recursos financeiros necessários;
    - iii. de forma a buscar a tempestividade da prestação dos serviços pela Secretaria, elaborar planilha com os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva solicitados, e considerados necessários pelo setor técnico competente, com a especificação das datas previstas para a respectiva prestação dos serviços demandados, bem como as datas da realização à medida que forem executados;
    - iv. levantar as necessidades de adaptações necessárias nos vários estabelecimentos de ensino considerados impróprios ao atendimento da respectiva clientela e prover essas escolas com os equipamentos e funcionalidades necessários às respectivas modalidades e níveis de ensino oferecidos;
  - b) tendo em vista a complexidade dos problemas constatados na atividade de conservação e manutenção das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, apresente a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, Plano de Implementação das medidas acima indicadas e de outras que entender necessárias para resolução dos



problemas, constando do respectivo cronograma os prazos a serem considerados em cada etapa, para fins do posterior monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas;

- c) indique, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os nomes dos servidores que integrarão grupo de contato da auditoria, para fins de acompanhamento, pela equipe de auditoria, da implementação das ações pontuadas no plano;

III - dê conhecimento do inteiro teor deste relatório ao Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, para as providências de sua alçada, em especial quanto ao constante no § 37.

À superior consideração.

**HENIRDES BATISTA BORGES**

DIRETOR

**MARIA ANGÉLICA GONÇALVES REIS**

ACE – Mat. 383-2

*Decisão ORDINÁRIA Nº 168/2011 Processo TCDF Nº 3239/2010*

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4398, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2011

PROCESSO Nº 3.239/10 (apenso 1 volume)

RELATOR: Conselheiro MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA: Auditoria operacional cujo objeto é a avaliação da qualidade das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

### **DECISÃO Nº 168/2011**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da auditoria retratada nos autos; II. autorizar o encaminhamento de cópia do relatório/voto do relator, desta decisão e do relatório de auditoria ao Chefe do Poder Executivo, com vistas a subsidiar os trabalhos de planejamento das atividades de manutenção das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal; III. determinar o arquivamento dos autos.

Presidiu a Sessão, durante o relato deste processo, o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Votaram a Conselheira MARLI VINHADELI, os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA e INÁCIO MAGALHÃES FILHO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPjTCDF Procuradora-Geral MÁRCIA FARIAS. Ausente a Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA LUZIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 08 DE FEVEREIRO DE 2011